



***Política de Certificado A1 da
Autoridade Certificadora VALID SPB para o Sistema
de Pagamento Brasileiro
(PC A1 da AC VALID SPB)***

***OID: 2.16.76.1.2.1.39.
Versão 5.0 de 29/04/2020***

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	12
1.1 Visão Geral	12
1.2 Nome do Documento e Identificação	13
1.3 Participantes da ICP-Brasil	13
1.4 Usabilidade do Certificado	14
1.5 Política de Administração.....	15
1.6 Definição e Acrônimos	16
2. RESPONSABILIDADES DE PUBLICAÇÃO E REPOSITÓRIO	19
2.1 Repositórios	19
2.2 Publicação de informações dos certificados	19
2.3 Tempo ou Frequência de Publicação	19
2.4 Controle de Acesso aos Repositórios	19
3. IDENTIFICAÇÃO E AUTENTICAÇÃO	20
3.1 Nomeação.....	20
3.1.1 Tipos de nomes.....	20
3.1.2 Necessidade de nomes significativos.....	20
3.1.3 Anonimato ou Pseudônimo dos Titulares do Certificado	20
3.1.4 Regras para interpretação de vários tipos de nomes.....	20
3.1.5 Unicidade de nomes	20
3.1.6 Procedimento para resolver disputa de nomes	20
3.1.7 Reconhecimento, autenticação e papel de marcas registradas	20
3.2 Validação Inicial de Identidade.....	21
3.2.1 Método para comprovar a posse de chave privada	21
3.2.2 Autenticação da identificação da organização.....	21
3.2.3 Autenticação da identidade de equipamento ou aplicação	21
3.2.4 Autenticação da identidade de um indivíduo	21
3.2.5 Informações não verificadas do titular do certificado	21
3.2.6 Validação das autoridades	21
3.2.7 Critérios para interoperação	21
3.3 Identificação e autenticação para pedidos de novas chaves	21
3.3.1 Identificação e autenticação para rotina de novas chaves	21

3.3.2 Identificação e autenticação para novas chaves após a revogação	21
3.4 Identificação e Autenticação para solicitação de revogação	22
4. REQUISITOS OPERACIONAIS DO CICLO DE VIDA DO CERTIFICADO	22
4.1 Solicitação do certificado	22
4.1.1 Quem pode submeter uma solicitação de certificado	22
4.1.2 Processo de registro e responsabilidades	22
4.2 Processamento de Solicitação de Certificado	22
4.2.1 Execução das funções de identificação e autenticação	22
4.2.2 Aprovação ou rejeição de pedidos de certificado	22
4.2.3 Tempo para processar a solicitação de certificado	22
4.3 Emissão de Certificado	22
4.3.1 Ações da AC durante a emissão de um certificado	22
4.3.2 Notificações para o titular do certificado pela AC na emissão do certificado	22
4.4 Aceitação de Certificado	22
4.4.1 Conduta sobre a aceitação do certificado	22
4.4.2 Publicação do certificado pela AC	22
4.4.3 Notificação de emissão do certificado pela AC Raiz para outras entidades	22
4.5 Usabilidade do par de chaves e do certificado	23
4.5.1 Usabilidade da Chave privada e do certificado do titular	23
4.5.2 Usabilidade da chave pública e do certificado das partes confiáveis	23
4.6 Renovação de Certificados	23
4.6.1 Circunstâncias para renovação de certificados	23
4.6.2 Quem pode solicitar a renovação	23
4.6.3 Processamento de requisição para renovação de certificados	23
4.6.4 Notificação para nova emissão de certificado para o titular	23
4.6.5 Conduta constituindo a aceitação de uma renovação de um certificado	23
4.6.6 Publicação de uma renovação de um certificado pela AC	23

4.6.7 Notificação de emissão de certificado pela AC para outras entidades	23
4.7 Nova chave de certificado	23
4.7.1 Circunstâncias para nova chave de certificado	23
4.7.2 Quem pode requisitar a certificação de uma nova chave pública	23
4.7.3 Processamento de requisição de novas chaves de certificado..	23
4.7.4 Notificação de emissão de novo certificado para o titular	23
4.7.5 Conduta constituindo a aceitação de uma nova chave certificada	23
4.7.6 Publicação de uma nova chave certificada pela AC	23
4.7.7 Notificação de uma emissão de certificado pela AC para outras entidades	23
4.8 Modificação de certificado	24
4.8.1 Circunstâncias para modificação de certificado	24
4.8.2 Quem pode requisitar a modificação de certificado	24
4.8.3 Processamento de requisição de modificação de certificado	24
4.8.4 Notificação de emissão de novo certificado para o titular	24
4.8.5 Conduta constituindo a aceitação de uma modificação de certificado	24
4.8.6 Publicação de uma modificação de certificado pela AC	24
4.8.7 Notificação de uma emissão de certificado pela AC para outras entidades	24
4.9 Suspensão e Revogação de Certificado	24
4.9.1 Circunstâncias para revogação	24
4.9.2 Quem pode solicitar revogação	24
4.9.3 Procedimento para solicitação de revogação	24
4.9.4 Prazo para solicitação de revogação	24
4.9.5 Tempo em que a AC deve processar o pedido de revogação.....	24
4.9.6 Requisitos de verificação de revogação para as partes confiáveis	24
4.9.7 Frequência de emissão de LCR	24
4.9.8 Latência máxima para a LCR	24
4.9.9 Disponibilidade para revogação/verificação de status on-line ...	24

4.9.10	Requisitos para verificação de revogação on-line	24
4.9.11	Outras formas disponíveis para divulgação de revogação	25
4.9.12	Requisitos especiais para o caso de comprometimento de chave	25
4.9.13	Circunstâncias para suspensão	25
4.9.14	Quem pode solicitar suspensão	25
4.9.15	Procedimento para solicitação de suspensão	25
4.9.16	Limites no período de suspensão	25
4.10	Serviços de status de certificado	25
4.10.1	Características operacionais	25
4.10.2	Disponibilidade dos serviços	25
4.10.3	Funcionalidades operacionais	25
4.11	Encerramento de atividades	25
4.12	Custódia e recuperação de chave	25
4.12.1	Política e práticas de custódia e recuperação de chave	25
4.12.2	Política e práticas de encapsulamento e recuperação de chave de sessão	25
5.	CONTROLES OPERACIONAIS, GERENCIAMENTO E DE INSTALAÇÕES	25
5.1	Controles físicos	26
5.1.1	Construção e localização das instalações de AC	26
5.1.2	Acesso físico	26
5.1.3	Energia e ar-condicionado	26
5.1.4	Exposição à água	26
5.1.5	Prevenção e proteção contra incêndio	26
5.1.6	Armazenamento de mídia	26
5.1.7	Destruição de lixo	26
5.1.8	Instalações de segurança (backup) externas (off-site) para AC	26
5.2	Controles Procedimentais	26
5.2.1	Perfis qualificados	26
5.2.2	Número de pessoas necessário por tarefa	26
5.2.3	Identificação e autenticação para cada perfil	26
5.2.4	Funções que requerem separação de deveres	26

5.3 Controles de Pessoal	26
5.3.1 Antecedentes, qualificação, experiência e requisitos de idoneidade	26
5.3.2 Procedimentos de verificação de antecedentes	26
5.3.3 Requisitos de treinamento	26
5.3.4 Frequência e requisitos para reciclagem técnica	26
5.3.5 Frequência e sequência de rodízio de cargos	26
5.3.6 Sanções para ações não autorizadas	26
5.3.7 Requisitos para contratação de pessoal	27
5.3.8 Documentação fornecida ao pessoal	27
5.4 Procedimentos de Log de Auditoria	27
5.4.1 Tipos de eventos registrados	27
5.4.2 Frequência de auditoria de registros	27
5.4.3 Período de retenção para registros de auditoria.....	27
5.4.4 Proteção de registros de auditoria	27
5.4.5 Procedimentos para cópia de segurança (Backup) de registros de auditoria	27
5.4.6 Sistema de coleta de dados de auditoria (interno ou externo) ...	27
5.4.7 Notificação de agentes causadores de eventos.....	27
5.4.8 Avaliações de vulnerabilidade	27
5.5 Arquivamento de Registros	27
5.5.1 Tipos de registros arquivados	27
5.5.2 Período de retenção para arquivo	27
5.5.3 Proteção de arquivo.....	27
5.5.4 Procedimentos de cópia de arquivo.....	27
5.5.5 Requisitos para datação de registros	27
5.5.6 Sistema de coleta de dados de arquivo (interno e externo).....	27
5.5.7 Procedimentos para obter e verificar informação de arquivo.....	27
5.6 Troca de chave	28
5.7 Comprometimento e Recuperação de Desastre	28
5.7.1 Procedimentos gerenciamento de incidente e comprometimento	28
5.7.2 Recursos computacionais, software, e/ou dados corrompidos .	28

5.7.3 Procedimentos no caso de comprometimento de chave privada de entidade	28
5.7.4 Capacidade de continuidade de negócio após desastre	28
5.8 Extinção da AC	28
6. CONTROLES TÉCNICOS DE SEGURANÇA.....	28
6.1 Geração e Instalação do Par de Chaves	28
6.1.1. Geração do par de chaves.....	28
6.1.2 Entrega da chave privada à entidade.....	30
6.1.3 Entrega da chave pública para o emissor de certificado.....	30
6.1.4 Disponibilização de chave pública da AC para usuários.....	30
6.1.5 Tamanhos de chave.....	31
6.1.6 Geração de parâmetros de chaves assimétricas	31
6.1.7 Propósitos de uso de chave (conforme o campo “ <i>key usage</i> ” na X.509 v3).....	31
6.2 Proteção da Chave Privada e controle de engenharia do módulo criptográfico	32
6.2.1 Padrões para módulo criptográfico	32
6.2.2 Controle “n de m” para chave privada	32
6.2.3 Custódia (<i>escrow</i>) de chave privada	32
6.2.4 Cópia de segurança de chave privada.....	32
6.2.5 Arquivamento de chave privada.....	33
6.2.6 Inserção de chave privada em módulo criptográfico	33
6.2.7 Armazenamento de chave privada em módulo criptográfico	33
6.2.8 Método de ativação de chave privada.....	33
6.2.9 Método de desativação de chave privada	33
6.2.10 Método de destruição de chave privada	33
6.3 Outros Aspectos do Gerenciamento do par de chaves.....	33
6.3.1 Arquivamento de chave pública	33
6.3.2 Períodos de operação do certificado e períodos de uso para as chaves pública e privada.....	34
6.4 Dados de Ativação	34
6.4.1 Geração e instalação dos dados de ativação	34

6.4.2	Proteção dos dados de ativação	34
6.4.3	Outros aspectos dos dados de ativação	34
6.5	Controles de Segurança Computacional	34
6.5.1	Requisitos técnicos específicos de segurança computacional	34
6.5.2	Classificação da segurança computacional	35
6.6	Controles Técnicos do Ciclo de Vida	35
6.6.1	Controles de desenvolvimento de sistema	35
6.6.2	Controles de gerenciamento de segurança	35
6.6.3	Controles de segurança de ciclo de vida	35
6.6.4	Controles na Geração de LCR	36
6.7	Controles de Segurança de Rede	36
6.8	Carimbo de Tempo	36
7.	PERFIS DE CERTIFICADO E LCR E OCSP	36
7.1	Perfil do certificado	36
7.1.1	Número de versão	36
7.1.2	Extensões de certificado	36
7.1.3	Identificadores de algoritmo	41
7.1.4	Formatos de nome	41
7.1.5	Restrições de nome	42
7.1.6	OID (Object Identifier) da PC	44
7.1.7	Uso da extensão “Policy Constraints”	44
7.1.8	Sintaxe e semântica dos qualificadores de política	44
7.1.9	Semântica de processamento para as extensões críticas de PC	44
7.2	Perfil de LCR	44
7.2.1	Número de versão	44
7.2.2	Extensões de LCR e de suas entradas	44
7.3	Perfil de OCSP	45
7.3.1	Número(s) de versão	45
7.3.2	Extensões de OCSP	45

8. AUDITORIA DE CONFORMIDADE E OUTRAS AVALIAÇÕES	45
8.1 Frequência e circunstâncias das avaliações	46
8.2 Identificação/Qualificação do avaliador	46
8.3 Relação do avaliador com a entidade avaliada	46
8.4 Tópicos cobertos pela avaliação	46
8.5 Ações tomadas como resultado de uma deficiência	46
8.6 Comunicação dos resultados	46
9. OUTROS NEGÓCIOS E ASSUNTOS JURÍDICOS	46
9.1. Tarifas	46
9.1.1 Tarifas de emissão e renovação de certificados	46
9.1.2 Tarifas de acesso ao certificado	46
9.1.3 Tarifas de revogação ou de acesso à informação de status	46
9.1.4 Tarifas para outros serviços	46
9.1.5 Política de reembolso	46
9.2 Responsabilidade Financeira	46
9.2.1 Cobertura do seguro	46
9.2.2 Outros ativos	46
9.2.3 Cobertura de seguros ou garantia para entidades finais	46
9.3 Confidencialidade da informação do negócio	47
9.3.1 Escopo de informações confidenciais	47
9.3.2 Informações fora do escopo de informações confidenciais	47
9.3.3 Responsabilidade em proteger a informação confidencial	47
9.4 Privacidade da informação pessoal	47
9.4.1 Plano de privacidade	47
9.4.2 Tratamento de informação como privadas	47
9.4.3 Informações não consideradas privadas	47
9.4.4 Responsabilidade para proteger a informação privadas	47
9.4.5 Aviso e consentimento para usar informações privadas	47
9.4.6 Divulgação em processo judicial ou administrativo	47
9.4.7 Outras circunstâncias de divulgação de informação	47
9.5 Direitos de Propriedade Intelectual	47
9.6 Declarações e Garantias	47

9.6.1 Declarações e Garantias da AC	47
9.6.2 Declarações e Garantias da AR	47
9.6.3 Declarações e garantias do titular	47
9.6.4 Declarações e garantias das terceiras partes	47
9.6.5 Representações e garantias de outros participantes	47
9.7 Isenção de garantias.....	48
9.8 Limitações de responsabilidades	48
9.9 Indenizações	48
9.10 Prazo e Rescisão	48
9.10.1 Prazo	48
9.10.2 Término	48
9.10.3 Efeito da rescisão e sobrevivência	48
9.11 Avisos individuais e comunicações com os participantes	48
9.12 Alterações	48
9.12.1 Procedimento para emendas	48
9.12.2 Procedimento para emendas	48
9.12.3 Circunstâncias na qual o OID deve ser alterado	48
9.13 Solução de conflitos	49
9.14 Lei aplicável	49
9.15 Conformidade com a Lei aplicável	49
9.16 Disposições Diversas.....	49
9.16.1 Acordo completo	49
10. DOCUMENTOS REFERENCIADOS	49

CONTROLE DE ALTERAÇÕES:

Versão	Data	Resolução que aprova a alteração	Item Alterado	Descrição da Alteração
4.0	18/09/2019	Resolução n. 151	Diversos	Alteração da PC A1
5.0	29/04/2020	Resolução n. 169	7.1.41	Alteração da PC A1

1. INTRODUÇÃO

A ICP-Brasil é uma plataforma criptográfica de confiança. Garante presunção de validade jurídica aos atos e negócios eletrônicos assinados e cifrados com certificados digitais e chaves emitidos pelas entidades credenciadas na ICP- Brasil.

1.1 Visão Geral

1.1.1 Este documento estabelece requisitos mínimos a serem obrigatoriamente observados pelas Autoridades Certificadoras – AC integrantes da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) na elaboração de suas Políticas de Certificado (PC) para o Sistema de Pagamentos Brasileiro na Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira.

1.1.2 Toda PC elaborada no âmbito da ICP-Brasil deve obrigatoriamente adotar a mesma estrutura empregada neste documento. A estrutura desta PC esta baseada no DOC-ICP-04 – REQUISITOS MÍNIMOS PARA AS POLÍTICAS DE CERTIFICAÇÃO DAS AUTORIDADES CERTIFICADORAS DA ICP-BRASIL[6].

1.1.3 O tipo de certificado emitido sob esta PC é o Tipo A1.

1.1.4 Não se aplica.

1.1.5 Certificados dos tipos de A1, de assinatura, podem ser emitidos pela AC VALID SPB para pessoas físicas e pessoas jurídicas.

1.1.6 Não se aplica.

1.1.7 Não se aplica.

1.1.8 Não se aplica.

1.1.9 Não se aplica.

1.1.10 Não se aplica.

1.2 Nome do Documento e Identificação

1.2.1 Esta PC é chamada “Política de Certificado de Assinatura Digital Tipo A1 da Autoridade Certificadora VALID SPB para o Sistema de Pagamentos Brasileiro” e referida como “PC A1 da AC VALID SPB”. O Object Identifier (OID) atribuído para esta PC, após processo de credenciamento da AC junto à ICP- Brasil, é: **2.16.76.1.2.1.39**.

1.2.2 Não se aplica.

1.3 Participantes da ICP-Brasil

1.3.1 Autoridades Certificadoras

1.3.1.1. Esta PC é implementada pela Autoridade Certificadora AC VALID SPB, integrante da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira, ICP-Brasil, sob a hierarquia da Autoridade Certificadora BRASIL, que por sua vez esta subordinada hierarquicamente à Autoridade Certificadora Raiz Brasileira. As práticas e procedimentos de certificação utilizados pela AC VALID SPB estão descritas em sua Declaração de Práticas de Certificação (DPC da AC VALID SPB) que se encontra publicada no seu repositório, no seguinte endereço: <https://www.validcertificadora.com.br/index.aspx?DID=313>

1.3.2 Autoridades de Registro

1.3.2.1 A AC VALID SPB mantém página web e/ou diretório com endereço: <https://www.validcertificadora.com.br/index.aspx?DID=313> onde estão publicados os seguintes dados, referentes às Autoridades de Registro (ARs) que realizam os processos de recebimento, validação e encaminhamento de solicitações de emissão ou de revogação de certificados digitais e de identificação de seus solicitantes:

- a) Relação de todas as ARs credenciadas;
- b) Relação de AR que tenham se descredenciado da cadeia da AC VALID SPB, com respectiva data do descredenciamento.

A AC VALID SPB mantém as informações acima sempre atualizadas.

1.3.3 Titulares de Certificado

Apenas Instituições que constituem o Sistema Financeiro Nacional (SFN) e as organizações autorizadas pelo Banco Central a interagir com a SFN através de seus sistemas computacionais podem ser titulares de certificados emitidos pela AC VALID SPB.

Por ser um certificado emitido para pessoa jurídica, é designada pessoa física como responsável pelo certificado, que será a detentora da chave privada. Preferencialmente, é designado como responsável pelo certificado um dos representantes legais da pessoa jurídica.

1.3.4 Partes Confiáveis

Considera-se terceira parte, a parte que confia no teor, validade e aplicabilidade do certificado digital e chaves emitidas pela ICP-Brasil.

1.3.5 Outros Participantes

A relação de todos os Prestadores de Serviços de Suporte – PSS, Prestadores de Serviços Biométricos – PSBios e Prestadores de Serviço de Confiança – PSC vinculados à AC VALID SPB e/ou por intermédio de suas AR é publicada em serviço de diretório e/ou em

em	página	web	da	AC	VALID	SPB
----	--------	-----	----	----	-------	-----

<https://www.validcertificadora.com.br/index.aspx?DID=313>

1.4 Usabilidade do Certificado

1.4.1 Uso Adequado do Certificado

1.4.1.1 Neste item são relacionadas as aplicações para as quais os certificados definidos nesta PC são adequados.

1.4.1.2 As aplicações e demais programas que admitem o uso de certificado digital de um determinado tipo contemplado pela ICP-Brasil devem aceitar qualquer certificado de mesmo tipo, ou superior, emitido por qualquer AC credenciada pela AC Raiz.

1.4.1.3 A AC VALID SPB leva em conta o nível de segurança previsto para o certificado definido por esta PC na definição das aplicações para o certificado. Esse nível de segurança é caracterizado pelos requisitos definidos para aspectos como: tamanho da chave criptográfica, mídia armazenadora da chave, processo de geração do par de chaves, procedimentos de identificação do titular de certificado, frequência de emissão da correspondente Lista de Certificados Revogados – LCR e extensão do período de validade do certificado.

1.4.1.4 Os certificados de tipo A1 são utilizados em aplicações como confirmação de identidade e assinatura de documentos eletrônicos com verificação da integridade de suas informações.

1.4.1.5 Não se aplica.

1.4.1.6 Não se aplica.

1.4.1.7 Não se aplica.

1.4.1.8 Não se aplica.

1.4.2. Uso Proibitivo do Certificado

Não se aplica.

1.5 Política de Administração

1.5.1 Organização administrativa do documento

Nome da AC: AC VALID SPB

1.5.2 Contatos

Endereço: Avenida Paulista, nº 2064, 15º andar, Bela Vista São Paulo, SP -

CEP: 01310-928

Telefone: (11)2575-6800

Página Web: <http://www.validcertificadora.com.br>

E-mail: pki.compliance@valid.com

1.5.3 Pessoa que determina a adequabilidade da DPC com a PC

Nome: Márcio Nunes da Silva
E-mail: pki.compliance@valid.com
Telefones: (11)2575-6800

1.5.4 Procedimentos de aprovação da PC

Esta PC é aprovada pelo ITI. Os procedimentos de aprovação da PC da AC são estabelecidos a critério do CG da ICP-Brasil.

1.6 Definição e Acrônimos

SIGLA	DESCRIÇÃO
AC	Autoridade Certificadora
AC Raiz	Autoridade Certificadora Raiz da ICP-Brasil
ACT	Autoridade de Carimbo do Tempo
AR	Autoridades de Registro
CEI	Cadastro Específico do INSS
CF-e	Cupom Fiscal Eletrônico
CG	Comitê Gestor
CMM-SEI	<i>Capability Maturity Model do Software Engineering Institute</i>
CMVP	<i>Cryptographic Module Validation Program</i>
CN	<i>Common Name</i>

CNE	Carteira Nacional de Estrangeiro
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
COBIT	<i>Control Objectives for Information and related Technology</i>
COSO	<i>Comitee of Sponsoring Organizations</i>
CONFAZ	Conselho Nacional de Política Fazendária
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas
CS	<i>Code Signing</i>
DMZ	Zona Desmilitarizada
DN	<i>Distinguished Name</i>
DPC	Declaração de Práticas de Certificação
EV	<i>Extended Validation</i>
ICP-Brasil	Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira
IDS	<i>Intrusion Detection System</i>
IEC	<i>International Electrotechnical Commission</i>
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
ISO	<i>International Organization for Standardization</i>
	<i>European Information Technology Security Evaluation</i>

ITSEC	<i>Criteria</i>
ITU	<i>International Telecommunications Union</i>
LCR	Lista de Certificados Revogados
NBR	Norma Brasileira
NIST	<i>National Institute of Standards and Technology</i>
NIS	Número de Identificação Social
OCSP	<i>Online Certificate Status Protocol</i>
OID	<i>Object Identifier</i>
OM-BR	Objetos Metrológicos ICP-Brasil
OU	<i>Organization Unit</i>
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PC	Políticas de Certificado
PCN	Plano de Continuidade de Negócio
PIS	Programa de Integração Social
POP	<i>Proof of Possession</i>
PS	Política de Segurança
PSS	Prestadores de Serviço de Suporte
RFC	<i>Request For Comments</i>

2.	RG	Registro Geral
	SAT	Sistema de Autenticação e Transmissão
	SNMP	<i>Simple Network Management Protocol</i>
	SSL	<i>Secure Socket Layer</i>
	TCSEC	<i>Trusted System Evaluation Criteria</i>
	TSDM	<i>Trusted Software Development Methodology</i>
	UF	Unidade de Federação
	URL	<i>Uniform Resource Locator</i>

RESPONSABILIDADES DE PUBLICAÇÃO E REPOSITÓRIO

Nos itens seguintes são referidos os itens correspondentes da Declaração de Práticas de Certificação - DPC da AC VALID SPB.

2.1 Repositórios

2.2 Publicação de informações dos certificados

2.3 Tempo ou Frequência de Publicação

2.4 Controle de Acesso aos Repositórios

3. IDENTIFICAÇÃO E AUTENTICAÇÃO

Nos itens seguintes são referidos os itens correspondentes da Declaração de Práticas de Certificação - DPC da AC VALID SPB.

3.1 Nomeação

3.1.1 Tipos de nomes

3.1.2 Necessidade de nomes significativos

3.1.3 Anonimato ou Pseudônimo dos Titulares do Certificado

3.1.4 Regras para interpretação de vários tipos de nomes

3.1.5 Unicidade de nomes

3.1.6 Procedimento para resolver disputa de nomes

3.1.7 Reconhecimento, autenticação e papel de marcas registradas

3.2 Validação Inicial de Identidade

3.2.1 Método para comprovar a posse de chave privada

3.2.2 Autenticação da identificação da organização

3.2.3 Autenticação da identidade de equipamento ou aplicação

3.2.4 Autenticação da identidade de um indivíduo

3.2.5 Informações não verificadas do titular do certificado

3.2.6 Validação das autoridades

3.2.7 Critérios para interoperação

3.3 Identificação e autenticação para pedidos de novas chaves

3.3.1 Identificação e autenticação para rotina de novas chaves

3.3.2 Identificação e autenticação para novas chaves após a revogação

3.4 Identificação e Autenticação para solicitação de revogação

4. REQUISITOS OPERACIONAIS DO CICLO DE VIDA DO CERTIFICADO

Nos itens seguintes são referidos os itens correspondentes da Declaração de Práticas de Certificação - DPC da AC VALID SPB.

4.1 Solicitação do certificado

4.1.1 Quem pode submeter uma solicitação de certificado

4.1.2 Processo de registro e responsabilidades

4.2 Processamento de Solicitação de Certificado

4.2.1 Execução das funções de identificação e autenticação

4.2.2 Aprovação ou rejeição de pedidos de certificado

4.2.3 Tempo para processar a solicitação de certificado

4.3 Emissão de Certificado

4.3.1 Ações da AC durante a emissão de um certificado

4.3.2 Notificações para o titular do certificado pela AC na emissão do certificado

4.4 Aceitação de Certificado

4.4.1 Conduta sobre a aceitação do certificado

4.4.2 Publicação do certificado pela AC

4.4.3 Notificação de emissão do certificado pela AC Raiz para outras entidades

4.5 Usabilidade do par de chaves e do certificado

4.5.1 Usabilidade da Chave privada e do certificado do titular

4.5.2 Usabilidade da chave pública e do certificado das partes confiáveis

4.6 Renovação de Certificados

4.6.1 Circunstâncias para renovação de certificados

4.6.2 Quem pode solicitar a renovação

4.6.3 Processamento de requisição para renovação de certificados

4.6.4 Notificação para nova emissão de certificado para o titular

4.6.5 Conduta constituindo a aceitação de uma renovação de um certificado

4.6.6 Publicação de uma renovação de um certificado pela AC

4.6.7 Notificação de emissão de certificado pela AC para outras entidades

4.7 Nova chave de certificado

4.7.1 Circunstâncias para nova chave de certificado

4.7.2 Quem pode requisitar a certificação de uma nova chave pública

4.7.3 Processamento de requisição de novas chaves de certificado

4.7.4 Notificação de emissão de novo certificado para o titular

4.7.5 Conduta constituindo a aceitação de uma nova chave certificada

4.7.6 Publicação de uma nova chave certificada pela AC

4.7.7 Notificação de uma emissão de certificado pela AC para outras entidades

4.8 Modificação de certificado

4.8.1 Circunstâncias para modificação de certificado

4.8.2 Quem pode requisitar a modificação de certificado

4.8.3 Processamento de requisição de modificação de certificado

4.8.4 Notificação de emissão de novo certificado para o titular

4.8.5 Conduta constituindo a aceitação de uma modificação de certificado

4.8.6 Publicação de uma modificação de certificado pela AC

4.8.7 Notificação de uma emissão de certificado pela AC para outras entidades

4.9 Suspensão e Revogação de Certificado

4.9.1 Circunstâncias para revogação

4.9.2 Quem pode solicitar revogação

4.9.3 Procedimento para solicitação de revogação

4.9.4 Prazo para solicitação de revogação

4.9.5 Tempo em que a AC deve processar o pedido de revogação

4.9.6 Requisitos de verificação de revogação para as partes confiáveis

4.9.7 Frequência de emissão de LCR

4.9.8 Latência máxima para a LCR

4.9.9 Disponibilidade para revogação/verificação de status on-line

4.9.10 Requisitos para verificação de revogação on-line

4.9.11 Outras formas disponíveis para divulgação de revogação

4.9.12 Requisitos especiais para o caso de comprometimento de chave

4.9.13 Circunstâncias para suspensão

4.9.14 Quem pode solicitar suspensão

4.9.15 Procedimento para solicitação de suspensão

4.9.16 Limites no período de suspensão

4.10 Serviços de status de certificado

4.10.1 Características operacionais

4.10.2 Disponibilidade dos serviços

4.10.3 Funcionalidades operacionais

4.11 Encerramento de atividades

4.12 Custódia e recuperação de chave

4.12.1 Política e práticas de custódia e recuperação de chave

4.12.2 Política e práticas de encapsulamento e recuperação de chave de sessão

5. CONTROLES OPERACIONAIS, GERENCIAMENTO E DE INSTALAÇÕES

Nos itens seguintes são referidos os itens correspondentes da Declaração de Práticas de Certificação - DPC da AC VALID SPB.

5.1 Controles físicos

5.1.1 Construção e localização das instalações de AC

5.1.2 Acesso físico

5.1.3 Energia e ar-condicionado

5.1.4 Exposição à água

5.1.5 Prevenção e proteção contra incêndio

5.1.6 Armazenamento de mídia

5.1.7 Destruição de lixo

5.1.8 Instalações de segurança (backup) externas (off-site) para AC

5.2 Controles Procedimentais

5.2.1 Perfis qualificados

5.2.2 Número de pessoas necessário por tarefa

5.2.3 Identificação e autenticação para cada perfil

5.2.4 Funções que requerem separação de deveres

5.3 Controles de Pessoal

5.3.1 Antecedentes, qualificação, experiência e requisitos de idoneidade

5.3.2 Procedimentos de verificação de antecedentes

5.3.3 Requisitos de treinamento

5.3.4 Frequência e requisitos para reciclagem técnica

5.3.5 Frequência e sequência de rodízio de cargos

5.3.6 Sanções para ações não autorizadas

5.3.7 Requisitos para contratação de pessoal

5.3.8 Documentação fornecida ao pessoal

5.4 Procedimentos de Log de Auditoria

5.4.1 Tipos de eventos registrados

5.4.2 Frequência de auditoria de registros

5.4.3 Período de retenção para registros de auditoria

5.4.4 Proteção de registros de auditoria

5.4.5 Procedimentos para cópia de segurança (Backup) de registros de auditoria

5.4.6 Sistema de coleta de dados de auditoria (interno ou externo)

5.4.7 Notificação de agentes causadores de eventos

5.4.8 Avaliações de vulnerabilidade

5.5 Arquivamento de Registros

5.5.1 Tipos de registros arquivados

5.5.2 Período de retenção para arquivo

5.5.3 Proteção de arquivo

5.5.4 Procedimentos de cópia de arquivo

5.5.5 Requisitos para datação de registros

5.5.6 Sistema de coleta de dados de arquivo (interno e externo)

5.5.7 Procedimentos para obter e verificar informação de arquivo

5.6 Troca de chave

5.7 Comprometimento e Recuperação de Desastre

5.7.1 Procedimentos gerenciamento de incidente e comprometimento

5.7.2 Recursos computacionais, software, e/ou dados corrompidos

5.7.3 Procedimentos no caso de comprometimento de chave privada de entidade

5.7.4 Capacidade de continuidade de negócio após desastre

5.8 Extinção da AC

6. CONTROLES TÉCNICOS DE SEGURANÇA

Nos itens seguintes, esta PC define as medidas de segurança necessárias para proteger as chaves criptográficas dos titulares de certificados emitidos segundo a mesma. São também definidos outros controles técnicos de segurança utilizados pela AC VALID SPB e pelas ARs vinculadas na execução de suas funções operacionais.

6.1 Geração e Instalação do Par de Chaves

6.1.1. Geração do par de chaves

6.1.1.1 O par de chaves criptográficas é gerado pelo titular do certificado, quando este for uma pessoa física. Quando o titular de certificado for uma pessoa jurídica, est indicará por seu(s) representante(s) legal(is), a pessoa responsável pela geração dos pares de chaves criptográficas e pelo uso do certificado

6.1.1.1.1 Não se aplica.

6.1.1.1.2 Não se aplica.

6.1.1.2 A geração do par de chaves criptográficas ocorre, no mínimo, utilizando CSP (Cryptographic Service Provider) existente na estação do solicitante apresentados pelo browser e, quando da geração, a chave privada é armazenada no HD da estação.

A chave privada poderá ser exportada e armazenada (cópia de segurança) em mídia externa – hardware criptográfico, homologado junto à ICP-Brasil ou com certificação INMETRO - e protegida por senha de acesso.

6.1.1.3 O algoritmo a ser utilizado para as chaves criptográficas de titulares de certificados adota o padrão RSA conforme definido no documento PADRÕES E ALGORITMOS CRIPTOGRÁFICOS DA ICP-BRASIL [1].

6.1.1.4 Ao ser gerada, a chave privada do titular do certificado deve ser gravada cifrada, por algoritmo simétrico aprovado no documento PADRÕES E ALGORITMOS CRIPTOGRÁFICOS DA ICP-BRASIL [1]. As chaves privadas correspondentes aos certificados poderão ser armazenadas em repositório protegido por senha, cifrado por software no meio de armazenamento definido para o tipo de certificado A1.

6.1.1.5 A chave privada trafega cifrada, empregando os mesmos algoritmos citados no parágrafo anterior, entre o dispositivo gerador e a mídia utilizada para o seu armazenamento.

6.1.1.6 A mídia de armazenamento da chave privada utilizado pelo titular assegura, por meios técnicos e procedimentais adequados, no mínimo, que:

- a) A chave privada utilizada na geração de uma assinatura é única e seu sigilo é suficientemente assegurado;
- b) A chave privada utilizada na geração de uma assinatura não pode, com uma segurança razoável, ser deduzida e que esta protegida contra falsificações realizadas através das tecnologias atualmente disponíveis; e
- c) A chave privada utilizada na geração de uma assinatura pode ser eficazmente protegida pelo legítimo titular contra a utilização por terceiros.

6.1.1.7 Esta mídia de armazenamento não deve modificar os dados a serem assinados, nem impedir que esses dados sejam apresentados ao signatário antes do processo de assinatura.

6.1.1.8 O armazenamento de chaves privadas de terceiros em hardware criptográfico só poderá ser realizada por entidade credenciada como PSC, nos termos do DOC-ICP-17[4], ou no caso de soluções corporativas de armazenamento de chaves privadas de funcionários, em HSM de propriedade da instituição, mediante o conhecimento e concordância expressa do titular do certificado com a DPC da AC VALID SPB, que atendam as aplicações demandadas das organizações, com acesso exclusivo por meio da rede interna.

O tipo de certificado emitido pela AC VALID SPB e descrito nesta PC é o A1.

TIPO DE CERTIFICADO	MÍDIA ARMAZENADORA DE CHAVE CRIPTOGRÁFICA (Requisitos Mínimos)
A1	Repositório protegido por senha e/ou identificação biométrica, cifrado por <i>software</i> na forma definida acima.

6.1.2 Entrega da chave privada à entidade

Não se aplica.

6.1.3 Entrega da chave pública para o emissor de certificado

Chaves públicas são entregues à AC VALID SPB por meio de uma troca on-line utilizando funções automáticas do software de certificação da AC VALID SPB. A mensagem de solicitação de certificado obedece ao formato PKCS#10, que inclui, na própria mensagem, a assinatura digital, realizada com a chave privada correspondente à chave pública contida na solicitação.

A entrega da chave pública do solicitante do certificado, é feita por meio eletrônico, em formato PKCS#10, através de uma sessão segura SSL - *Secure Socket Layer*

6.1.4 Disponibilização de chave pública da AC para usuários

As formas para a disponibilização dos certificados da cadeia de certificação, para os usuários da AC VALID SPB, compreendem:

A AC VALID SPB disponibiliza o seu certificado, e de todos os certificados da cadeia de certificação, para os usuários da ICP-Brasil, através de endereço Web: <http://icp-brasil.validcertificadora.com.br/ac-validspb/ac-validspbv2.p7b>

(Para cadeia V2)

<http://icp-brasil.validcertificadora.com.br/ac-validspb/ac-validspbv5.p7b>

(Para cadeia V5)

- a) Página *web* da AC VALID SPB
<https://www.validcertificadora.com.br/index.aspx?DID=313>
- b) Outros meios seguros aprovados pelo CG da ICP-Brasil.

6.1.5 Tamanhos de chave

6.1.5.1 Os certificados emitidos de acordo com esta PC situam-se sob a cadeia da Autoridade Certificadora Raiz Brasileira (V2 e V5). O tamanho das chaves criptográficas associadas é de 2048 bits.

6.1.5.2 Os algoritmos e o tamanho de chaves criptográficas utilizados no certificado Tipo A1 da ICP-Brasil esta em conformidade com o definido no documento PADRÕES E ALGORITMOS CRIPTOGRÁFICOS DA ICP- BRASIL[1]

6.1.6 Geração de parâmetros de chaves assimétricas

Os parâmetros de geração de chaves assimétricas da AC VALID SPB seguem o padrão FIPS (*Federal Information Processing Standards*) 140-1, em conformidade ao estabelecido no documento PADRÕES E ALGORITMOS CRIPTOGRÁFICOS DA ICP-BRASIL [1].

Os parâmetros de geração de chaves assimétricas dos titulares de certificados adotam, no mínimo, o padrão estabelecido no documento PADRÕES E ALGORITMOS CRIPTOGRÁFICOS DA ICP-BRASIL[1]. Os parâmetros são verificados de acordo com as normas estabelecidas pelo padrão definido no documento PADRÕES E ALGORITMOS CRIPTOGRÁFICOS DA ICP-BRASIL[1].

6.1.7 Propósitos de uso de chave (conforme o campo “*key usage*” na X.509 v3)

Os certificados têm ativados os bits *digitalSignature*, *nonRepudiation* e *keyEncipherment*. Os pares de chaves correspondentes aos certificados emitidos pela AC VALID SPB podem ser utilizados para a assinatura digital (chave privada), para a verificação dela (chave pública), para a garantia do não repúdio e para cifragem de chaves.

6.2 Proteção da Chave Privada e controle de engenharia do módulo criptográfico

Nos itens seguintes, a PC define os requisitos para a proteção das chaves privadas dos titulares de certificados emitidos pela AC VALID SPB.

6.2.1 Padrões para módulo criptográfico

6.2.1.1. Não se aplica

6.2.1.2. Os requisitos aplicáveis ao módulo criptográfico utilizado para geração de chaves criptográficas dos titulares de certificado segue os definidos no documento PADRÕES E ALGORITMOS CRIPTOGRÁFICOS DA ICP- BRASIL[1].

6.2.2 Controle “n de m” para chave privada

Não se aplica.

6.2.3 Custódia (*escrow*) de chave privada

Não é permitida, no âmbito da ICP-Brasil, a recuperação (*escrow*) de chaves privadas, isto é, não se permite que terceiros possam legalmente obter uma chave privada sem o consentimento de seu titular.

6.2.4 Cópia de segurança de chave privada

6.2.4.1. Qualquer titular de certificado poderá, a seu critério, manter cópia de segurança de sua própria chave privada.

6.2.4.2. A AC VALID SPB responsável por esta PC não mantém cópia de segurança de chave privada de titular.

6.2.4.3. A cópia de segurança deverá ser armazenada cifrada por algoritmo simétrico aprovado pelo documento PADRÕES E ALGORITMOS CRIPTOGRÁFICOS NA ICP-BRASIL [1] e protegida com um nível de segurança não inferior àquele definido para a chave original.

6.2.4.4. O titular do certificado, quando realizar uma cópia de segurança da sua chave privada, deve observar que esta cópia deve ser efetuada com, no mínimo, os mesmos requerimentos de segurança da chave original.

6.2.5 Arquivamento de chave privada

6.2.5.1. Não se aplica, uma vez que a ICP-Brasil não admite o arquivamento de chaves privadas de assinatura digital.

6.2.5.2. Define-se arquivamento como o armazenamento da chave privada para seu uso futuro, após o período de validade do certificado correspondente.

6.2.6 Inserção de chave privada em módulo criptográfico

Os Titulares de Certificados poderão optar por utilizar um hardware criptográfico, cartão inteligente ou token, para armazenar sua chave privada após a aceitação do certificado.

6.2.7 Armazenamento de chave privada em módulo criptográfico

Ver item 6.1.

6.2.8 Método de ativação de chave privada

O titular do certificado pode definir procedimentos necessários para a ativação de sua chave privada.

6.2.9 Método de desativação de chave privada

O titular do certificado pode definir procedimentos necessários para a desativação de sua chave privada.

6.2.10 Método de destruição de chave privada

O titular do certificado pode definir procedimentos necessários para a destruição de sua chave privada.

6.3 Outros Aspectos do Gerenciamento do par de chaves

6.3.1 Arquivamento de chave pública

As chaves públicas da AC VALID SPB, de titulares dos certificados de assinatura digital e as LCRs emitidas pela AC VALID SPB são armazenadas permanentemente, para verificação de assinaturas geradas durante seu período de validade.

6.3.2 Períodos de operação do certificado e períodos de uso para as chaves pública e privada

6.3.2.1. As chaves privadas dos respectivos Titulares são utilizadas apenas durante o período de validade dos certificados correspondentes. As correspondentes chaves públicas poderão ser utilizadas durante todo o período de tempo determinado pela legislação aplicável, para verificação de assinaturas geradas durante o prazo de validade dos respectivos certificados.

6.3.2.2. Não se aplica.

6.3.2.3. Certificados do tipo A1 previstos nesta PC podem ter a validade de minutos, horas, dias e até 1 (um) ano.

6.3.2.4. Não se aplica.

6.3.2.5. Não se aplica.

6.4 Dados de Ativação

Nos itens seguintes desta PC são descritos os requisitos de segurança referentes aos dados de ativação. Os dados de ativação, distintos das chaves criptográficas, são aqueles requeridos para a operação de alguns módulos criptográficos.

6.4.1 Geração e instalação dos dados de ativação

Os dados de ativação da chave privada da entidade titular do certificado, se utilizados, são únicos e aleatórios.

6.4.2 Proteção dos dados de ativação

Os dados de ativação da chave privada da entidade titular do certificado, se utilizados, são protegidos contra uso não autorizado.

6.4.3 Outros aspectos dos dados de ativação

Não se aplica.

6.5 Controles de Segurança Computacional

6.5.1 Requisitos técnicos específicos de segurança computacional

O titular do certificado é responsável pela segurança computacional dos sistemas nos quais são geradas e utilizadas as chaves privadas e deve zelar por sua integridade. O equipamento onde

são gerados os pares de chaves criptográficas do titular do Certificado deve dispor de mecanismos mínimos que garantam a segurança computacional, com proteção antivírus e criptografia 3DES para a chave privada, armazenada no HD.

6.5.2 Classificação da segurança computacional

Não se aplica.

6.6 Controles Técnicos do Ciclo de Vida

A AC VALID SPB desenvolve sistemas relacionadas ao ciclo de vida do certificado digital, incluindo ferramentas de gestão de seu PSC.

6.6.1 Controles de desenvolvimento de sistema

6.6.1.1 A AC VALID SPB utiliza os modelos clássico espiral e SCRUM no desenvolvimento dos sistemas, de acordo com a melhor adequação destes modelos ao projeto em desenvolvimento. São realizadas as fases de requisitos, análise, projeto, codificação e teste para cada interação do sistema utilizando tecnologias de orientação a objetos. Como suporte a esse modelo, a AC VALID SPB utiliza uma gerência de configuração, gerência de mudança, testes formais e outros processos.

6.6.1.2 Os processos de projeto e desenvolvimento conduzidos pela AC VALID SPB provêm documentação suficiente para suportar avaliações externas de segurança dos componentes da AC VALID SPB.

6.6.2 Controles de gerenciamento de segurança

6.6.2.1. A AC VALID SPB verifica os níveis configurados de segurança com periodicidade semanal e através de ferramentas do próprio sistema operacional. As verificações são feitas através da emissão de comandos de sistema e comparando-se com as configurações aprovadas. Em caso de divergência, são tomadas as medidas para recuperação da situação, conforme a natureza do problema e averiguação do fato gerador do problema para evitar sua recorrência.

6.6.2.2. A AC VALID SPB utiliza metodologia formal de gerenciamento de configuração para a instalação e a contínua manutenção do sistema.

6.6.3 Controles de segurança de ciclo de vida

Não se aplica.

6.6.4 Controles na Geração de LCR

Antes de publicadas, todas as LCRs geradas pela AC VALID SPB são checadas quanto à consistência de seu conteúdo, comparando-o com o conteúdo esperado em relação a número da LCR, data/hora de emissão e outras informações relevantes.

6.7 Controles de Segurança de Rede

Não se aplica.

6.8 Carimbo de Tempo

Não se aplica.

7. PERFIS DE CERTIFICADO E LCR E OCSP

Os itens seguintes especificam os formatos dos certificados e das LCR/ OCSP gerados segundo esta PC. São incluídas informações sobre os padrões adotados, seus perfis, versões e extensões.

7.1 Perfil do certificado

Todos os certificados emitidos pela AC VALID SPB estão em conformidade com o formato definido pelo padrão ITU X.509 ou ISO/IEC 9594-8.

7.1.1 Número de versão

Todos os certificados emitidos pela AC VALID SPB, segundo esta PC, implementam a versão 3 de certificado definida no padrão ITU X.509, de acordo com o perfil estabelecido na RFC 5280.

7.1.2 Extensões de certificado

7.1.2.1 Neste item, a PC descreve todas as extensões de certificados utilizadas pela AC VALID SPB e sua criticalidade.

7.1.2.2. A AC VALID SPB implementa nos certificados emitidos segundo esta PC as seguintes extensões, definidas como obrigatórias pela ICP-Brasil:

Para Certificados Digitais emitidos na cadeia V5:

<http://icp-brasil.validcertificadora.com.br/ac-validspb/pcA1-ac-validspb.pdf>

- a) “**CRL Distribution Points**”, não crítica: contém o endereço *URL* das páginas *Web* onde se obtém a LCR da AC VALID SPB:

Para Certificados Digitais emitidos na cadeia V2:

<http://icp-brasil.validcertificadora.com.br/ac-validspb/>

Para Certificados Digitais emitidos na cadeia V5:

- 1) <http://icp-brasil.validcertificadora.com.br/ac-validspb/lcr-ac-validspbv5.crl>
- 2) <http://icp-brasil2.validcertificadora.com.br/ac-validspb/lcr-ac-validspbv5.crl>

- b) “**Authority Information Access**”, não crítica: contém o método de acesso *id-ad-calssuer*, utilizando o protocolo de acesso HTTP, para a recuperação da cadeia de certificação.

Para certificados digitais emitidos na cadeia V5:

<http://icp-brasil.validcertificadora.com.br/ac-validspb/lcr-ac-validspbv5.crl>

A segunda entrada pode conter o método de acesso *id-ad-ocsp*, com o respectivo endereço do respondedor OCSP, utilizando o protocolo de acesso HTTP, nos seguintes endereços, onde estas extensões somente serão aplicáveis para certificados de usuário final:

Para certificados digitais emitidos na cadeia V2:

<http://ocsp.validcertificadora.com.br>

Para certificados digitais emitidos na cadeia V5:

<http://ocspv5.validcertificadora.com.br>

- c) “**basicConstraints**”, não crítica: contém o campo *cA=False*.

7.1.2.2 A AC VALID SPB implementa nos certificados emitidos segundo esta PC as seguintes extensões, definidas como obrigatórias pela ICP-Brasil:

- a) “**Authority Key Identifier**”, **não crítica**: contém o resumo SHA-1 da chave pública da AC VALID SPB;
- b) “**Key Usage**”, **crítica**: somente os bits `digitalSignature`, `nonRepudiation` e `keyEncipherment` são ativados;
- c) “**Certificate Policies**”, **não crítica**, contém
 - ✓ O campo `policyIdentifier` contém o OID desta PC **2.16.76.1.2.1.39**.
 - ✓ O campo `PolicyQualifiers` contém o endereço *Web* onde se obtém a DPC da AC VALID SPB, onde: <http://icp-brasil.validcertificadora.com.br/ac-validspb/pcA1-ac-validspb.pdf>
- d) “**CRL Distribution Points**”, **não crítica**: contém o endereço *URL* das páginas *Web* onde se obtém a LCR da AC VALID SPB:

Para certificados digitais emitidos na cadeia V5:

<http://icp-brasil.validcertificadora.com.br/ac-validspb/lcr-ac-validspbv5.crl>

Para certificados digitais emitidos na cadeia V2:

<http://icp-brasil2.validcertificadora.com.br/ac-validspb/lcr-ac-validspbv2.crl>

- e) “**Authority Information Access**”, **não crítica**: contém o método de acesso `id-ad-calssuer`, utilizando o protocolo de acesso HTTP, para a recuperação da cadeia de certificação.

Para certificados digitais emitidos na cadeia V5:

<http://icp-brasil.validcertificadora.com.br/ac-validspb/ac-validspbv5.p7b>

Para certificados digitais emitidos na cadeia V2:

<http://icp-brasil.validcertificadora.com.br/ac-validspb/ac-validspbv2.p7b>

A segunda entrada pode conter o método de acesso `id-ad-ocsp`, com o respectivo endereço do respondedor OCSP, utilizando o protocolo de acesso HTTP, nos seguintes endereços, onde estas extensões somente serão aplicáveis para certificados de usuário final:

Para certificados digitais emitidos na cadeia V2:

<http://ocsp.validcertificadora.com.br>

Para certificados digitais emitidos na cadeia V5:

<http://ocspv5.validcertificadora.com.br>

7.1.2.3 A ICP-Brasil também define como obrigatória a extensão "*Subject Alternative Name*", não crítica, e com os seguintes formatos:

a) Não se aplica.

b) Para certificado de pessoa jurídica:

b.1) 5 (cinco) campos `otherName`, obrigatórios, contendo:

i- `OID = 2.16.76.1.3.4` e conteúdo = nas primeiras 8 (oito) posições, a data de nascimento do responsável pelo certificado, no formato `ddmmaaaa`; nas 11 (onze) posições subsequentes, o Cadastro de Pessoa Física (CPF) do responsável; nas 11 (onze) posições subsequentes, o Número de Identificação Social – NIS (PIS, PASEP ou CI); nas 15 (quinze) posições subsequentes, o número do Registro Geral (RG) do responsável; nas 10 (dez) posições subsequentes, as siglas do órgão expedidor do RG e respectiva Unidade da Federação;

i. `OID = 2.16.76.1.3.2` e conteúdo = nome do responsável pelo certificado;

ii. `OID = 2.16.76.1.3.3` e conteúdo = nas 14 (quatorze) posições o número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) da pessoa jurídica titular do certificado;

iii. `OID = 2.16.76.1.3.7` e conteúdo = nas 12 (doze) posições o número do Cadastro Específico do INSS (CEI) da pessoa jurídica titular do certificado;

iv. campo `rfc822Name` contendo o endereço e-mail do titular do certificado. b.2) campos `otherName`, não obrigatórios, contendo:

v. `OID = 1.3.6.1.4.1.311.20.2.3` e conteúdo = Nome Principal que contém o domínio de login em estações de trabalho (UPN)

c) Não se aplica.

d) Não se aplica.

e) Não se aplica.

7.1.2.4 Os campos `otherName`, definidos como obrigatórios, estão de acordo com as seguintes especificações:

- a) O conjunto de informações definido em cada campo `otherName` é armazenado como uma cadeia de caracteres do tipo ASN.1 OCTET STRING ou PRINTABLE STRING, com exceção do campo UPN que possui uma cadeia de caracteres do tipo ASN.1 UTF8 STRING;
- b) Quando os números de NIS (PIS, PASEP ou CI), RG, CEI ou Título de Eleitor não estiverem disponíveis, os campos correspondentes são integralmente preenchidos com caracteres “zero”;
- c) Se o número do RG não estiver disponível, não é preenchido o campo de órgão emissor/UF. O mesmo ocorre para o campo do município e UF se não houver número de inscrição do Título de Eleitor;
- d) Quando a identificação profissional não estiver disponível, não deverá ser inserido o campo (OID) correspondente. No caso de múltiplas habilitações profissionais, deverão ser inseridos e preenchidos os campos (OID) correspondentes às identidades profissionais apresentadas;
- e) Todas as informações de tamanho variável, referentes a números, tal como RG, são preenchidas com caracteres “zero” a sua esquerda para que seja completado seu máximo tamanho possível;
- f) As 10 (dez) posições das informações sobre órgão emissor do RG e UF referem-se ao tamanho máximo, sendo utilizadas apenas as posições necessárias ao seu armazenamento, da esquerda para a direita. O mesmo se aplica às 22 (vinte e duas) posições das informações sobre município e UF do Título de Eleitor;
- g) Apenas os caracteres de A a Z, de 0 a 9, observado o disposto no item 7.1.5.2, poderão ser utilizados, não sendo permitidos os demais caracteres especiais, com exceção do campo UPN que utiliza caracteres especiais;

7.1.2.5 Campos `otherName` adicionais, contendo informações específicas e forma de preenchimento e armazenamento definidos pela AC VALID SPB, podem ser utilizados com OID atribuídos ou aprovados pela AC Raiz.

Campos `otherName` não obrigatórios quando não utilizados não terão seus OID incluídos no certificado.

7.1.2.6 Os outros campos que compõem a extensão "**Subject Alternative Name**" podem ser utilizados, na forma e com os propósitos definidos na RFC 5280.

7.1.2.7 As extensões "**Key Usage**" e "**Extended Key Usage**" para os referidos tipos de certificado são obrigatórias e obedecem os propósitos de uso e a criticalidade conforme descrição abaixo:

Para os demais certificados de Assinatura e/ou Proteção de e-Mail: "Key Usage", crítica: contém o bit digitalSignature ativado, podendo conter os bits keyEncipherment e nonRepudiation ativados; "Extended Key Usage", não crítica: no mínimo um dos propósitos *client authentication* OID = 1.3.6.1.5.5.7.3.2 ou *Email protection* OID = 1.3.6.1.5.5.7.3.4 esta ativado, podendo implementar outros propósitos instituídos, desde que verificáveis e previstos nesta PC, em conformidade com a RFC 5280.

7.1.3 Identificadores de algoritmo

Certificados emitidos pela AC VALID SPB são assinados com o uso do algoritmo RSA com SHA-256 como função de hash (OID = 1.2.840.113549.1.1.11), conforme o padrão PKCS#1, observados os algoritmos admitidos no âmbito da ICP-Brasil, documento PADRÕES E ALGORITMOS CRIPTOGRÁFICOS DA ICP-BRASIL [2].

7.1.4 Formatos de nome

7.1.4.1 O nome do titular do certificado, constante do campo "**Subject**", adota o "**Distinguished Name**" (DN) do padrão ITU X.500/ISO 9594, da seguinte forma:

C = BR

ST = Estado (opcional)

L = Localidade (opcional)

O = ICP-Brasil

OU = AC VALID SPB

OU = CNPJ da AR que realizou a identificação presencial; ou CNPJ da AR cujo AGR operou videoconferência para emissão do certificado; ou, ainda, a expressão "Renovação Eletrônica", para os casos de renovação online com certificado digital válido

OU = Tipo de identificação utilizada (presencial, videoconferência ou certificado digital)

OU = ISPB-cccccccc

OU = SISBACEN-iiiiii

CN= nome do titular do certificado em certificado de pessoa física; em um certificado de pessoa jurídica, deverá conter o nome empresarial constante do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ); em um certificado de equipamento ou aplicação, o identificador CN deverá conter o URL correspondente ou o nome da aplicação.

Onde:

c = número base do CNPJ da instituição

i = código da instituição no SISBACEN

x = T (teste) ou P (produção)

n = número serial

Será escrito o nome até o limite do tamanho do campo disponível, vedada a abreviatura.

O campo OU = indica o CNPJ da AR que realizou a identificação presencial, que será preenchido com 14 (quatorze) posições, sem caracteres como ".", "/" ou "-".

7.1.4.2. Não se aplica.

7.1.4.3. Não se aplica.

7.1.5 Restrições de nome

7.1.5.1. Neste item da PC, devem ser descritas as restrições aplicáveis para os nomes dos titulares de certificados.

7.1.5.2. A ICP-Brasil estabelece as seguintes restrições para os nomes, aplicáveis a todos os certificados:

- a) Não deverão ser utilizados sinais de acentuação, tremas ou cedilhas; e
- b) Além dos caracteres alfanuméricos, poderão ser utilizados somente os seguintes caracteres especiais:

CARACTERE	CÓDIGO NBR9611 (hexadecimal)
Branco	20
!	21
"	22
#	23
\$	24
%	25
&	26
'	27
(28
)	29
*	2 ^a
+	2B
,	2C
-	2D
.	2E
/	2F
:	3A

;	3B
=	3D
?	3F
@	40
\	5C

7.1.6 OID (Object Identifier) da PC

O OID atribuído a esta Política de Certificado é: **2.16.76.1.2.1.39**.

Todo certificado emitido segundo essa PC, PC A1 AC VALID SPB, contém o valor desse OID presente na extensão *Certificate Policies*.

7.1.7 Uso da extensão “*Policy Constraints*”

Não se aplica.

7.1.8 Sintaxe e semântica dos qualificadores de política

Nos certificados emitidos segundo esta PC, o campo **policyQualifiers** da extensão “*Certificate Policies*” contém o endereço da página *Web* (URL) com a DPC da AC VALID SPB, sendo: <http://icp-brasil.validcertificadora.com.br/ac-validspb/dpc-ac-validspb.pdf>

7.1.9 Semântica de processamento para as extensões críticas de PC

Extensões críticas são ser interpretadas conforme a RFC 5280.

7.2 Perfil de LCR

7.2.1 Número de versão

As LCRs geradas pela AC VALID SPB segundo a PC, implementam a versão 2 de LCR definida no padrão ITU X.509, de acordo com o perfil estabelecido na RFC 5280.

7.2.2 Extensões de LCR e de suas entradas

7.2.2.1 Neste item são descritas todas as extensões de LCR utilizadas pela AC VALID SPB e sua criticalidade:

- a) “**Authority Key Identifier**”, não crítica: contém o resumo SHA-1 da chave pública da AC VALID SPB que assina a LCR;
- b) “**CRL Number**”, não crítica: contém número sequencial para cada LCR emitida; e
- c) “**Authority Information Access**”, não crítica: contém o método de acesso id-ad-calssuer, utilizando o protocolo de acesso HTTP, para a recuperação da cadeia de certificação nos seguintes endereços:

(Para cadeia V2)

<http://icp-brasil.validcertificadora.com.br/ac-validspb/ac-validspb2.p7b>

(Para cadeia V5)

<http://icp-brasil.validcertificadora.com.br/ac-validspb/ac-validspbv5.p7b>

7.2.2.2 A AC VALID SPB adota as seguintes extensões de LCR definidas como obrigatórias pela ICP-Brasil:

- a) “**Authority Key Identifier**”, não crítica: contém o resumo SHA-1 da chave pública da AC VALID SPB que assina a LCR; e
- b) “**CRL Number**”, não crítica: contém número sequencial para cada LCR emitida.

7.3 Perfil de OCSP

7.3.1 Número(s) de versão

Os serviços de respostas OCSP da AC VALID SPB implementam a versão 1. do padrão ITU X.509, de acordo com o perfil estabelecido na RFC 6960.

7.3.2 Extensões de OCSP

Os serviços de respostas OCSP da AC VALID SPB estão em conformidade com a RFC 6960.

8. AUDITORIA DE CONFORMIDADE E OUTRAS AVALIAÇÕES

Nos itens seguintes são referidos os itens correspondentes da DPC da AC VALID SPB.

8.1 Frequência e circunstâncias das avaliações

8.2 Identificação/Qualificação do avaliador

8.3 Relação do avaliador com a entidade avaliada

8.4 Tópicos cobertos pela avaliação

8.5 Ações tomadas como resultado de uma deficiência

8.6 Comunicação dos resultados

9. OUTROS NEGÓCIOS E ASSUNTOS JURÍDICOS

Nos itens seguintes são referidos os itens correspondentes da DPC da AC VALID SPB.

9.1. Tarifas

9.1.1 Tarifas de emissão e renovação de certificados

9.1.2 Tarifas de acesso ao certificado

9.1.3 Tarifas de revogação ou de acesso à informação de status

9.1.4 Tarifas para outros serviços

9.1.5 Política de reembolso

9.2 Responsabilidade Financeira

9.2.1 Cobertura do seguro

9.2.2 Outros ativos

9.2.3 Cobertura de seguros ou garantia para entidades finais

9.3 Confidencialidade da informação do negócio

9.3.1 Escopo de informações confidenciais

9.3.2 Informações fora do escopo de informações confidenciais

9.3.3 Responsabilidade em proteger a informação confidencial

9.4 Privacidade da informação pessoal

9.4.1 Plano de privacidade

9.4.2 Tratamento de informação como privadas

9.4.3 Informações não consideradas privadas

9.4.4 Responsabilidade para proteger a informação privadas

9.4.5 Aviso e consentimento para usar informações privadas

9.4.6 Divulgação em processo judicial ou administrativo

9.4.7 Outras circunstâncias de divulgação de informação

9.5 Direitos de Propriedade Intelectual

9.6 Declarações e Garantias

9.6.1 Declarações e Garantias da AC

9.6.2 Declarações e Garantias da AR

9.6.3 Declarações e garantias do titular

9.6.4 Declarações e garantias das terceiras partes

9.6.5 Representações e garantias de outros participantes

9.7 Isenção de garantias

9.8 Limitações de responsabilidades

9.9 Indenizações

9.10 Prazo e Rescisão

9.10.1 Prazo

9.10.2 Término

9.10.3 Efeito da rescisão e sobrevivência

9.11 Avisos individuais e comunicações com os participantes

9.12 Alterações

9.12.1 Procedimento para emendas

Alterações nesta PC podem ser solicitadas e/ou definidas pelo Grupo de Práticas e Políticas da AC VALID SPB. A aprovação e consequente adoção de nova versão estarão sujeitas à autorização da AC Raiz.

Qualquer alteração na PC deverá ser submetida à aprovação da AC Raiz.

9.12.2 Procedimento para emendas

A AC VALID SPB mantém página específica com a versão corrente desta PC para consulta pública, a qual esta disponibilizada no endereço Web <http://icp-brasil.validcertificadora.com.br/ac-validspb/pcA1-ac-validspb.pdf>

9.12.3 Circunstâncias na qual o OID deve ser alterado

9.13 Solução de conflitos

9.14 Lei aplicável

9.15 Conformidade com a Lei aplicável

9.16 Disposições Diversas

9.16.1 Acordo completo

Esta PC representa as obrigações e deveres aplicáveis à AC VALID SPB e AR e outras entidades citadas. Havendo conflito entre esta PC e outras resoluções do CG da ICP-Brasil, prevalecerá sempre a última editada.

10. DOCUMENTOS REFERENCIADOS

10.1. Os documentos abaixo são aprovados por Resoluções do Comitê-Gestor da ICP-Brasil, podendo ser alterados, quando necessário, pelo mesmo tipo de dispositivo legal. O sítio <http://www.it.gov.br> publica a versão mais atualizada desses documentos e as Resoluções que os aprovaram.

REF.	NOME DO DOCUMENTO	CÓDIGO
[3]	CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA CREDENCIAMENTO DAS ENTIDADES INTEGRANTES DA ICP-BRASIL	DOC-ICP-03
[4]	REQUISITOS MÍNIMOS PARA AS DECLARAÇÕES DE PRÁTICAS DOS PRESTADORES DE SERVIÇO DE CONFIANÇA DA ICP-BRASIL	DOC-ICP-17
[5]	REQUISITOS MÍNIMOS PARA AS DECLARAÇÕES DE PRÁTICAS DAS AUTORIDADES DE CARIMBO DO TEMPO DA ICP-BRASIL	DOC-ICP-12
[6]	REQUISITOS MÍNIMOS PARA AS POLÍTICAS DE CERTIFICADO NA ICP-BRASIL	DOC-ICP-04

10.2. Os documentos abaixo são aprovados por Instrução Normativa da AC Raiz, podendo ser alterados, quando necessário, pelo mesmo tipo de dispositivo legal. O sítio <http://www.it.gov.br> publica a versão mais atualizada desses documentos e as Instruções Normativas que os aprovaram.

REF.	NOME DO DOCUMENTO	CÓDIGO
[1]	PADRÕES E ALGORITMOS CRIPTOGRÁFICOS DA ICP-BRASIL	DOC-ICP 01.01
[2]	ATRIBUIÇÃO DE OID NA ICP-BRASIL	DOC-ICP-04.01